

Ventos de mudança

Publicação: [Cadernos do Lumiar Nº6](#)

Data de Publicação: 1996

Portugal foi admitido como membro da ONU em 14 de Dezembro de 1955. Durante quase vinte anos, de 1955 a 1974, as relações do governo português com a organização universal foram difíceis, mesmo tempestuosas, em virtude da oposição manifestada por uma crescente maioria de Estados membros à política ultramarina portuguesa.

A descolonização no pós-guerra

No período que se seguiu ao termo da Segunda Guerra Mundial verificou-se um forte movimento no sentido de conceder a independência política a muitos territórios ou povos, especialmente da Ásia e da África, até então sob o domínio de algumas potências europeias e dos Estados Unidos. Harold Macmillan, chefe do governo do maior império colonial do mundo, num discurso que pronunciou em Cape Town, em Fevereiro de 1960, admitiu a existência no mundo do pós-guerra de «ventos de mudança», reconhecendo a inevitabilidade da descolonização de grande número de áreas espalhadas pelo globo.

Muitos desses territórios tinham contribuído, de uma maneira ou de outra, para o esforço de guerra dos povos aliados, as chamadas Nações Unidas. Nas fileiras dos exércitos aliados vitoriosos participaram nada menos que 500 mil africanos e 2 milhões de indianos. Movimentos nacionalistas surgiram, com grande vigor, por toda a Ásia e África e, a partir do final da guerra, assistiu-se a uma impressionante criação de novos Estados, nascidos da independência de numerosos territórios coloniais.

Em 1946 os Estados Unidos concederam a independência às Filipinas e, logo em 1947, a Grã-Bretanha reconheceu a independência da União Indiana e do Paquistão, seguindo-se, em 1948, o reconhecimento da independência do Ceilão e da Birmânia. Num ritmo imparável, sucedem-se em série as novas independências: em 1949, a Indonésia; em 1951, a Líbia; em 1956, a Tunísia, Marrocos e o Sudão; em 1957, a Malásia e o Gana; em 1958, a Guiné-Conacri; em 1960 um ano memorável no processo de descolonização, o Congo Kinshasa, o Congo Brazzaville, a República Centro Africana, os Camarões, o Chade, o Niger, o Alto Volta, a Mauritânia, a Nigéria, a Costa do Marfim, o Daomé, o Mali, o Togo, o Senegal, a Somália e Madagáscar; em 1961, a

Serra Leoa e o Tanganica; em 1962, a Argélia; em 1963, Zanzibar e o Quênia; em 1965, a Gâmbia; em 1968, a Guiné Equatorial. Não se trata de uma lista exaustiva, pois outras independências se verificaram no período mencionado, mas apenas de uma enumeração ilustrativa, da amplitude e do ritmo do processo descolonizador.

Os «ventos da História», os «ventos de mudança» de Macnillan, não eram apenas proclamações ou figuras retóricas, como se pretendeu fazer crer ao público português de então. Era um real movimento, irreversível e fortemente apoiado, que tinha que ser seriamente tomado em conta pelos países detentores de territórios ultramarinos, qualquer que fosse o regime jurídico-constitucional vigente, sob pena de terem de enfrentar consequências graves na ordem interna e externa.

Os Estados Unidos, a primeira colónia europeia a conquistar a sua independência, através de uma rebelião armada, que no preâmbulo da sua Declaração de Independência inscreveram de forma lapidar o direito de os povos disporem livremente dos seus destinos, eram naturalmente favoráveis, em princípio, à aspiração e conquista da autonomia política pelos povos colonizados. O mesmo sentimento era igualmente partilhado pelos numerosos países da América Latina, assim como por todos os novos Estados nascidos do processo de descolonização do após-guerra. O bloco soviético, por motivos bem diversos, apoiava igualmente todos os movimentos nacionalistas que surgiram por toda a parte do globo.

Os novos Estados saldos da descolonização, a partir de 1946, ingressaram na ONU, juntando-se aos 51 membros originários e constituindo assim uma larga maioria que iria permitir a aprovação na Assembleia Geral da organização de sucessivas resoluções anticolonialistas. A ONU tornou-se assim num fórum privilegiado para o fomento da vaga descolonizadora.